

JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura impressa e educação da mulher no século XIX*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. 298p.

“CORPO E ALMA” DE *O MENTOR DAS BRASILEIRAS*

Rosana Areal Carvalho*

A coletânea de artigos escritos por pesquisadores representativos dos vários grupos de pesquisa em História da Educação espalhados pelo Brasil, publicada em 2002, “*Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*”, apresentou um balanço sobre o uso da imprensa como fonte para a história da educação. Tônica comum a esses artigos era o despertar da atenção dos estudiosos para o horizonte que se abria com o uso desse *corpus* documental. Apesar da fragilidade numérica das pesquisas em andamento, era possível vislumbrar a riqueza, a diversidade e as possibilidades delineadas pelas mesmas. Podemos dizer que a tarefa de casa está sendo cumprida. E bem!

Os trabalhos se avolumaram em várias direções. Ora tomando a imprensa de circulação ampla, buscando os debates em torno da educação que se queria imprimir; ora a imprensa pedagógica como objeto, com o fito de compreender os discursos disseminados entre os pares, assim como as instruções morais e intelectuais que se queriam necessárias para a formação dos professores.

A essa não pouca riqueza, somam-se os novos olhares sobre a história da educação: os diálogos com outros campos do conhecimento, por exemplo, possibilitam uma leitura mais minuciosa e próxima da realidade. *Cultura impressa e educação da mulher no século XIX*, de Mônica Yumi

Doutora em Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo (USP); Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Coordena o Grupo de História da Educação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e participa do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (GEPHE/FAE/UFMG). E-mail: rosanareal@ichs.ufop.br

Jinzenji, é um bom exemplo disso. Formada em Psicologia, Mônica voltou-se para o campo da educação desde as primeiras experiências como docente, lecionando Psicologia da Educação e outras disciplinas afins. No mestrado, iniciou suas pesquisas tomando a imprensa como fonte, quando desenvolveu um estudo sobre a escolarização da infância pobre retratada na imprensa mineira durante a primeira metade do século XIX.

Em *Cultura impressa e educação da mulher no século XIX*, o ofício de historiadora foi cumprido com êxito: diante de uma documentação restrita, soube mostrar, através do contexto e de outras fontes, as pistas que explicavam as particularidades e apontavam para as possibilidades de análise do jornal *O Mentor das Brasileiras*. Esse periódico foi publicado em São João del-Rei, entre 1829 e 1832, dirigido para o público feminino, e se “afirmava como defensor e difusor dos ideais liberais, podendo ser caracterizado como representante da tendência moderada” (p. 20).

A obra é também um exemplo dos estudos de história da educação que vão além da escolarização. Essa posição é fundamental quando se trata do século XIX, período em que a escola ainda não era o local privilegiado para as ações do ensino, da instrução. Trata-se de compreender o processo educativo mais amplo, estabelecido em locais diversos, como a casa, a igreja, a praça e os tantos suportes impressos: catecismos, livros, jornais, manuais. Além da instrução propriamente dita, descortina-se o olhar para a educação de valores e costumes, construindo, em paralelo, uma história da educação e dos costumes.

Reconhecida a importância dos jornais como possibilidade de apreensão de parte da dinâmica cultural, fica estabelecido o valor do trabalho desenvolvido por Mônica Yumi. Mais valor se agrega à obra quando nos deparamos com o minucioso trabalho de pesquisa e a vasta bibliografia utilizada, cobrindo aspectos múltiplos em torno do tema e bem inseridos no campo da história da educação. A autora não se furtou a buscar subsídios na história do livro e da leitura, da escolarização e da imprensa no Brasil, enveredando-se, até mesmo, pela historiografia brasileira.

Em tempos de Iluminismo, o jornalismo se convertia num eficaz instrumento de difusão das “luzes da razão”, assumindo uma dimensão pedagógica que tem sido explorada, em várias vertentes, pela historiografia brasileira. Impressiona, é verdade, a profusão de periódicos que vão se disseminando pelo Brasil, nas primeiras décadas do século XIX, noticiando o fervilhar político vivido durante e pelo Império. Editores e redato-

res se colocavam como paladinos para o esclarecimento político da população. Portanto, temos aí um veio fértil para os estudos de história da educação, quando “o jornalista se confundia com o educador. Ele via como sua missão suprir a falta de escolas e de livros através dos seus escritos jornalísticos” (LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 22).

O tema é, por si só, instigante, inquietante e atraente. Imprensa e educação feminina no século XIX. O que nos diria o senso comum, ou melhor, a “historiografia” consagrada na voz do povo sobre esse assunto? Era permitido às mulheres o acesso à educação ou à instrução? Sabiam ler? Podiam ler os jornais? Não seria tal atividade privilégio dos homens?

Como já dito, o livro versa sobre um periódico que circulou em São João del-Rei, num tempo curto, mas rico em revelações quanto à cultura construída em torno da figura feminina. *O Mentor das Brasileiras* apropriava-se de outros suportes impressos como fonte para seus artigos, delineando um novo público que se criava, imbuído do dever de suprir a “deficiente” educação das senhoras. Marcado pelos debates morais, políticos e sociais da época, não deixou de atender, com singular, mas enfática restrição, aquilo que é tratado como frivolidade feminina: os assuntos da moda.

O prenúncio de um trabalho precioso já está no sumário, dada a variedade dos temas e das leituras indicadas pelo jornal para o público leitor. A pergunta surge imediatamente: será mesmo que às mulheres não era proporcionada uma educação? O fato de não irem à escola caracterizava-as como não educadas? Ou, havia, sim, uma educação feminina, num sentido particular à época, ao papel social da mulher e ao conceito de escola para a sociedade?

Na introdução do trabalho, a autora apresenta uma fábula, recurso textual com fins pedagógicos, que distinguia *O Mentor das Brasileiras* dos demais periódicos da época, para indicar as principais temáticas que compunham a cultura política dos primeiros tempos imperiais. O caráter educativo dos jornais e a produção da mulher virtuosa e patriota, estudadas nessa obra, apontam para as mudanças que se operavam socialmente. Tais mudanças eram desdobramentos da separação entre as esferas pública e privada, em voga desde o final do século XVIII. Apontavam para a necessidade de certa ilustração que permitisse às mulheres ocuparem um papel mais visível na sociedade.

Em que pese ser a moderação o maior valor a ser ensinado às mulheres, como propagado pelo jornal, Mônica Yumi afirma que também é possível classificar *O Mentor das Brasileiras* como um jornal liberal exaltado, tomando por base duas bandeiras assumidas pelo impresso. Uma delas, a defesa da educação feminina e sua necessária participação política; sendo a outra a efetiva “participação no processo de implementação e legitimação das escolas nas primeiras décadas do período imperial brasileiro” (p. 213).

Para atender à ousada proposta de uma “investigação das práticas de leitura, da *apropriação* de textos e das práticas de produção de *O Mentor das Brasileiras* enquanto práticas políticas para forjar a mulher virtuosa e patriota; e a reflexão acerca da necessidade de relativizar ou complexificar a distinção entre público *versus* privado no entendimento dessa ‘nova’ mulher” (p. 30), o percurso das fontes foi extremamente variado. Como a autora relata, um incêndio na tipografia que produzia *O Mentor das Brasileiras* e o *Astro de Minas*, jornal contemporâneo àquele, limitou as informações relativas à produção, circulação e recepção de *O Mentor*.

De forma a cobrir essa lacuna, Mônica buscou outros periódicos contemporâneos, em especial aqueles citados pelo próprio jornal – prática comum entre as gazetas oitocentistas era a republicação de artigos, “constituindo uma rede de intercomunicações”. Não se limitou à análise do conteúdo divulgado pelo jornal, mas também à sua materialidade e circulação, apoiando-se nas contribuições de Roger Chartier para os estudos da história da leitura. O produto final, seja um jornal, seja um livro, é resultante do trabalho de impressores, tipógrafos, capistas, editores, etc.

Se foi possível encontrar os periódicos com os quais dialogava *O Mentor das Brasileiras*, mais difícil foi o exercício de confronto com periódicos de posição política divergente, posto que a seleção dos vencedores eliminou, quase por completo, o jornalismo restaurador. Dificuldade semelhante encontrou para identificar a autoria dos artigos publicados, pois o uso de pseudônimo era largamente utilizado à época.

Ainda no campo das apropriações de outros textos feitos pelo jornal, a autora se esmerou em identificar os livros utilizados: edições disponíveis, traduções, a circulação desses livros no Brasil, indícios de uma biblioteca particular do redator e/ou o acervo da Biblioteca Pública de São João del-Rei, criada em 1827. “O circuito do impresso”, título da primeira parte do livro, cuida “de uma análise mais relacionada ao jornal e

seu entorno”. Nessa parte, encontramos o primoroso exercício de inserção de um objeto particular no contexto geral.

“Da educação do *bello sexo*” intitula a segunda parte do livro, na qual Mônica desenvolve uma análise do conteúdo do jornal. Foi essa a missão assumida pelo *O Mentor das Brasileiras* de forma responsável e discreta, para não provocar reações às mães de família que educavam suas filhas de forma diversa à proposta por ele. Buscava estimular o interesse das senhoras para temas variados, em especial os assuntos políticos, mostrando como a educação levada a termo pelo “Antigo Regime” era, em tudo, prejudicial para os tempos constitucionais. Enfim, “para complementar a formação moral e cívica das mulheres, o texto com maior índice de recomendação era a Constituição do Império, considerada doutrina máxima e leitura obrigatória de todo cidadão” (p. 170).

O leque da bibliografia disponibilizada pelo jornal para o seu público é impressionante: desde a história do Brasil, com textos extraídos da obra de Alphonse de Beauchamp, às fábulas de Fedro, passando por extensa bibliografia francesa e inglesa, incluindo Adam Smith, Jane Marcet, Jonathan Swift, Thomas Paine, além dos franceses Volney, Montesquieu, Voltaire e Pierre Blanchard. Da literatura às noções de economia política, passando pelo *Emílio*, de Rousseau.

O Mentor das Brasileiras contrapunha-se, sem dúvida, a muitos periódicos contemporâneos que expressavam outra representação feminina. Pautava-se por um discurso prescritivo, defendendo a necessidade de posicionamento político das mulheres no contexto liberal sem, contudo, deixar de lado os valores morais que constituíam uma mulher virtuosa no seu papel de mãe e esposa. Resumindo: a educação política, moral e escolar conformava a representação do patriotismo feminino que se queria constituir.

A valorização da educação pública é presença constante nos números do jornal. Enaltecia as atividades escolares ao noticiar os exames finais, verdadeiros espetáculos que mobilizavam a sociedade. Publicava os discursos das professoras, e todo o movimento em torno das escolas públicas era acompanhado pelo *O Mentor*. Num legítimo esforço em prol da escolarização, dava voz a personagens bastante significativas, em especial, às professoras. A isso, soma-se uma paciente busca no Arquivo Público Mineiro, feita por Mônica Yumi, resultando na construção de perfis denunciadores de uma nova sociedade que se forjava.

O certo é que, ao longo de dois anos e meio de publicação, *O Mentor das Brasileiras* ameahou exaustivos esforços voltados à educação da mulher nos campos moral, político e instrutivo. Usando de variados recursos pedagógicos, alertou para a importância da participação social e política feminina, mostrando que, para além da beleza física – externa e passageira –, se fazia necessário cultivar os bens do espírito. Selecionava as obras que julgava mais apropriadas a partir de critérios de censura. Assim, assuntos polêmicos ou imagens que pudessem ferir os sentimentos femininos eram omitidos. Tudo isso foi feito por um homem – José Alcibíades Carneiro. Além de redator de *O Mentor das Brasileiras*, era professor de latim e ocupou cargos políticos junto à municipalidade sãojoanense.

Enfim, saudamos a publicação dessa tese, pois o livro ocupa um espaço privilegiado na disseminação do conhecimento, seja pela circulação ainda mais usual do que os meios eletrônicos, seja pelo exemplo de pesquisa que contém.

O esforço foi recompensado: o estudo feito sobre *O Mentor das Brasileiras* contribui não só para melhor compreendermos a imprensa no Brasil durante a primeira metade do século XIX, como também para um delineamento mais específico da cultura política e da educação da mulher, apresentando outra dimensão educativa e de circulação de notícias, valores e exemplos morais. A pesquisa lança luz sobre o senso comum de que às mulheres não era dado o direito da educação e mostra o jornal, ou melhor, os periódicos, como um dos responsáveis pelo crescimento da escolarização feminina ao longo do século XIX.

Cultura impressa e educação da mulher no século XIX chama a atenção para se repensar o dualismo público *versus* privado, considerando a existência de inúmeras interpenetrações. Mesmo para os tempos coloniais já é possível identificar a existência de uma circulação de dinheiro, serviços e objetos alheia ao domínio masculino. Para o século XIX, com as mudanças sociais advindas das revoluções oitocentistas, o universo feminino se amplia. Professoras, escritoras e cientistas, personagens que vão se tornando públicas pelo *O Mentor das Brasileiras*, são apenas alguns exemplos. Foi *O Mentor das Brasileiras* um bom conselheiro? Vale a pena conferir.

Recebido: 14/04/2011

Aprovado: 19/04/2011

Contato:

Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Humanas e Sociais

Departamento de Educação

Rua do Seminário

Centro

CEP 35420-000

Mariana, MG

Brasil